

UMA LEITURA DO RELATIVISMO A PARTIR DA NOÇÃO DE VERDADE EM SÃO TOMÁS DE AQUINO

Paulo Faitanin - UFF

INTRODUÇÃO

Nossa intenção é aproximarmos das raízes do relativismo confrontando-as com a proposta da tradição e da modernidade, a partir da doutrina tomista da verdade. Ao contrário do que costuma comumente propor algumas correntes filosóficas hodiernas, o relativismo aqui é *insustentável* por contrariar o princípio basilar do conhecimento humano: *o princípio da não contradição*.

E porque nada permanece incólume se este princípio for negado, mal entendido ou aplicado, se segue que tudo o demais que seguir ou proceder do relativismo tornará inviável afirmar a *verdade* e o *valor* comum do conhecimento e da ação humana. Procederemos do seguinte modo:

- I. O intelecto busca naturalmente a verdade;
- II. A verdade é valor objetivo do conhecimento;
- III. O relativismo da verdade é conseqüência da negação do valor objetivo do real;
- IV. O relativismo aborta a verdade;
- V. O relativismo aborta a verdade ao contrariar o princípio da não contradição;
- VI. O consumismo: máxima expressão do relativismo em nossos dias;
- VII. O existencialismo e suas vertentes são expressões do relativismo antropológico;
- VIII. O idealismo é sutil expressão do relativismo antropológico;
- IX. O pragmatismo é máxima expressão do relativismo moral;
- X. Relativismo cultural e teológico: são expressões do relativismo moral;
- XI. Conclusão: o remédio do relativismo passa pelo resgate da verdade como valor objetivo e da liberdade como responsabilidade moral.

I. O INTELLECTO BUSCA NATURALMENTE A VERDADE

Nada faz a natureza de algo operar se dela mesma não emergir uma *disposição* que a capacite à operação. A ciência se dá pelo conhecimento e domínio desta disposição ou deste princípio que revela a natureza por uma ação. Qualquer ser possui em sua natureza algum princípio que o disponha à operação. Não é

diferente com relação ao ser humano. No ser humano há, pois uma faculdade que o dispõe a conhecer a realidade: eis o *intelecto*.

O intelecto humano é uma *faculdade* por cuja disposição e operação próprias, o intelecto tende naturalmente ao conhecimento do ser e à concepção de sua verdade. A verdade será para o intelecto a própria expressão do ser do objeto. Contudo, *deve* haver certa disposição no intelecto que o direcione, à maneira de um hábito natural, não adquirido, nem contraído, à sua operação própria.

Esta *disposição* é hábito natural dos primeiros princípios do conhecimento, cujo primeiro e fundamento dos demais é o da *não contradição* que impede que o intelecto se engane acerca da *identidade*, da *causalidade* e da *finalidade* do ser que conhece. Mediante ele o intelecto concebe que um objeto não pode ser e não ser uma mesma realidade, sob um mesmo aspecto, ao mesmo tempo.

A nossa experiência cotidiana confirma esta disposição habitual ao conhecimento pelo desejo natural de conhecer¹. O princípio que fundamenta este hábito é evidente por si mesmo e não precisa ser demonstrado, pois se precisasse sê-lo, já não seria princípio de demonstração de algo. Como em todo hábito, é a prática que o faz emergir e, neste caso, é o conhecimento que o aperfeiçoa. Assim, o hábito dispõe o intelecto para o conhecimento e se aperfeiçoa nele.

São, pois estes hábitos intelectivos do conhecimento que movem a nossa *intenção*, esta especial aplicação do intelecto a um objeto do conhecimento, e o direciona a voltar-se sobre o objeto que o rodeia ou sobre o próprio sujeito intencional. Ante a intenção que move o intelecto impassivelmente está o contínuo estímulo do real sobre as faculdades humanas: intelectivas e sensitivas.

Contudo, em nossa primeira incursão sobre o real o intelecto move suas potências inferiores para uma espécie de formulação das primeiras impressões do objeto em nós. Obviamente a operação do intelecto é simultânea e subjacente a esta aproximação pelos sentidos. São pelos *sentidos* – por esta faculdade de *sofrer* alterações por obra dos objetos exteriores – que serão registradas aquelas primeiras impressões do objeto sensível sobre nossas faculdades de percepção.

Mediante os sentidos o intelecto percebe pelo corpo a presença sensível do objeto. Mas embora os sentidos não falhem naquilo para que se ordenem, eles mesmos só sentem o que percebem, ainda que porventura não o percebam adequadamente. Portanto, os sentidos não se equivocam essencialmente nisso para que se ordenem, senão por acidente, ou seja, por imperfeição do órgão do sentido – um olho míope que produz uma sensação de visão distorcida do real – ou

¹ ARISTÓTELES, *Met.* I, 1, 980^a.

por erro do juízo, que julga de modo inadequado ser verdadeiro o que o olho míope vê.

Disso se conclui que os nossos sentidos não erram senão pela imperfeição do órgão do sentido ou pela limitação de sua capacidade. Por isso, não erram deliberadamente, pois informam o que sentem e sentem o que percebem, segundo o seu estado e capacidade. O erro é do juízo que julga deliberadamente, sem verificar e analisar, a verdade do que os sentidos lhe informaram ou mesmo por malícia deliberada, por meio da qual oculta a verdade da sensação frente a outro propósito.

Em síntese, o resultado desta primeira incursão pelo real produz-se a sensação que nada mais é do que a *impressão sensível* do objeto nos órgãos do sentido. Mas esta *impressão* é efeito particular produzido pelo objeto sensível no órgão do sentido, como a cor no olho. Não obstante, embora a impressão constitua certo conhecimento sensível ela não produz o conhecimento próprio do intelecto que nos faz *conhecer* a realidade por *dentro*, como ela é em si mesma, senão apenas senti-la.

Deste modo, o *conhecer* a que tende naturalmente o intelecto não é o meramente sentir, mas propriamente o inteligir – *intus-legere* – ou seja, ‘entender a natureza do objeto por dentro’, produzindo uma semelhança inteligível do objeto sensível no próprio intelecto. Portanto, pela ação dos sentidos sobre algum objeto sensível, apenas produzimos uma *imagem* sensível nos órgãos dos sentidos e isso é a sensação por meio da qual o sentimos, segundo os nossos sentidos.

Embora a imagem não carregue consigo a materialidade do objeto, ela é apenas sensível², mas para conhecer é necessário conceber numa ‘imagem inteligível’. Além do mais, esta imagem sensível só permanece temporariamente no seu respectivo órgão do sentido, porque os sentidos não têm como *reter* a imagem por muito tempo, para além de sua presença atual, permanecendo tal impressão, enquanto o real sensível estiver presente.

Contudo, isso não é suficiente para produzir o *conhecimento* a que tende o intelecto, porque ele deseja *reter* a similitude do objeto real para além de sua presença e matéria atual, definindo-o e demonstrando-o. Este conhecimento sensível gera propriamente *opinião*, pois se refere à esfera do conhecimento sensível³, que exige a presença, a materialidade e o movimento do objeto. Mas isso não

² ARISTÓTELES, *De anima*, III, 8, 432^a 9.

³ PLATÃO, *Rep.*, VI, 510^a.

constitui ciência⁴ e é sempre relativo à percepção sensorial individual de cada sujeito.

Com efeito, se a sensação não gera o conhecimento próprio a que tende o homem quando se depara com o real, ela subministra todos os elementos necessários para que o intelecto possa começar a fazer sua *profunda leitura do real*, penetrando-o, na medida em que procura *ler* o seu princípio. E isso na medida em que ele vai prescindindo tanto da presença atual, quanto da materialidade que reveste o real e que condiciona a *sensibilidade*. Este processo é denominado de *abstração*.

Só quando nos aproximamos da realidade penetrando-a mediante a abstração da particularidade o *intelecto* a concebe e a conhece. *Como se dá este processo?* O intelecto produz, por abstração da atual presença particular do objeto e da impressão sensível que esta presença gera no órgão do sentido, uma *espécie* do objeto real. Esta espécie é *similitude* do objeto existente fora do intelecto⁵.

Uma vez feito isso o intelecto *concebe* nele mesmo – daí conceito – um *verbo mental*, uma *palavra* universal que é conservada na *memória*, sem a atual presença do objeto particular e de sua impressão sensível no órgão do sentido. Em última instância o que o intelecto produz é um *conceito universal*, comum a todo e qualquer objeto que possua a mesma natureza daquele a que o intelecto conhece. O intelecto torna inteligível a imagem sensível do objeto e a guarda na *memória*.

O que é memória? É a capacidade que o intelecto tem de *conservar* e *recordar* os conhecimentos que, de algum modo, já estiveram disponíveis. Os animais possuem apenas a capacidade de *conservar* os efeitos produzidos nos órgãos dos sentidos, segundo a disposição instintiva de cada espécie e nunca para além da presença do objeto. Neles isso é a *memória de conservação* ou *sensível*.

Mas, *o que é memória sensível?* É a capacidade instintiva que o animal tem de conservar alguma impressão sensível: o animal caça por instinto e mediante esta capacidade conserva todas as impressões sensíveis que afetam os seus sentidos, de tal maneira que quando opera segundo este instinto, *conserva* tais impressões: o leão conserva em seu instinto de caça as impressões da presa, como o odor, movimento, som etc.

Mas a memória no homem além de conservar é capaz de *recordar*, prescindindo da presença do objeto, porque nele a memória *não é sensível, mas inteligível*. Nela há o registro do conceito que o intelecto produz e só mediante a memória

⁴ ARISTÓTELES, *Met.*, VII, 15, 1039 b31.

⁵ TOMÁS DE AQUINO, S. *De Veritate*, q.1, a.3, c.

deste conceito se dá a *recordação* do que já foi conhecido. Assim, sem a presença de um objeto podemos recordá-lo e mesmo reproduzi-lo, como na pintura, na música, na ciência etc.

Portanto, as impressões sensíveis não são marcas inteligíveis, senão sensíveis, elas não são suficientes para dizer o que é tal realidade para o intelecto: ele precisa produzir uma marca inteligível e indelével que resulte do 'ler por dentro a natureza' de um objeto real, para assim guardá-la e usá-la de modo inteligível, para além dos sentidos e da presença atual do objeto, no conhecimento e elaboração da ciência do objeto.

Só assim o intelecto produz *conhecimento* ciência e saber. Mas não de modo relativo à percepção individual de cada sujeito, senão apenas de maneira universal, ou seja, na elaboração de um conceito que expresse no intelecto a própria natureza do objeto por uma semelhança do objeto. Todo e qualquer intelecto humano, por pertencer à mesma perfeição humana, conceberá de um mesmo objeto a mesma semelhança e de diversos objetos, diversas semelhanças.

Dois intelectos diante de uma cadeira, ambos conceberão a verdade cadeira e dois intelectos diante de uma cadeira e de uma mesa, ambos conceberão duas verdades, uma da cadeira e outra da mesa. Assim, embora cada sujeito possua o seu intelecto individual, ele é por natureza semelhante a todo e qualquer outro intelecto humano, e por isso conceberá nele mesmo objetivamente a semelhança do objeto ou dos objetos que lhes sejam intencionais.

Neste aspecto, o conhecimento será em todo e qualquer intelecto humano a consequência da produção de um *conceito universal* do real. Mas o conceito nada mais é do que a *expressão intelectual* da adequação do intelecto e da coisa ou o fruto do encontro da mente com a coisa. E isso não é senão a *verdade*. Portanto, a *verdade* que o intelecto produz é a máxima expressão do conhecimento e é de fato ao que *tende* o intelecto quando se verte sobre a realidade que o rodeia.

II. A VERDADE É VALOR OBJETIVO DO CONHECIMENTO

A verdade é relativa? Se por relativa entendermos que ela é fruto relativo da convicção de cada sujeito individual, responderemos que não! Mas se por relativa entendermos que ela é o fruto de uma relação real de adequação do intelecto e da coisa responderemos que sim! Temos visto até aqui que a verdade não é o resultado subjetivo de uma análise do real, senão o *valor objetivo* da relação de adequação do intelecto e do objeto, máxima expressão do conhecimento do ser do objeto no intelecto.

A verdade é uma reflexão do intelecto? Não! Porque a verdade não é o resultado de uma atividade intelectual do sujeito acerca do que ele entende acerca do que percebe do real. *É uma invenção do intelecto?* Não! Ninguém dá o que não tem, e se o intelecto a possuísse de antemão não precisaria conhecer, mas a verdade é expressão do conhecimento que o intelecto tem acerca do objeto.

A verdade se identifica com o ser no intelecto? Não! Embora a verdade seja a expressão intelectual do ser do objeto, ela e ser se distinguem quanto à ordem do conhecimento, porque o intelecto tende antes ao ser do objeto do que à sua verdade, pois a concepção do ser é anterior à da verdade, embora o seu conhecimento seja efeito da verdade. A verdade é um atributo transcendental do ser.

A verdade existe só no intelecto? Sim! “Verdade é aquilo a que tende o intelecto; mas o conhecimento consiste em que o conhecido está naquele que conhece, portanto o termo do conhecimento, a verdade, está no intelecto”⁶. A verdade somente é perceptível no intelecto e se encontra antes de tudo nele⁷, mas manifesta e declara o ser da coisa⁸.

Do mesmo modo, a falsidade que é a expressão intelectual de inconveniência, inconformidade e inadequação do intelecto e da coisa, pela dessemelhança da coisa existente fora da alma, ela só existe na mente. *A verdade pode ser dita das coisas?* Sim! Mas sempre com relação primeiramente acerca do que o intelecto diz delas. Deste modo, se pode dizer que a verdade e a falsidade estão nas coisas.

A verdade é única para o intelecto humano? Não! Quantas forem as coisas consideradas pelo intelecto humano, tantas serão as expressões intelectivas da adequação do intelecto e das coisas. Assim, uma é a verdade da cadeira e outra a da água, pois a cadeira não pode ser cadeira e água, sob um mesmo aspecto e ao mesmo tempo. E também não pode ser cadeira e não ser cadeira ao mesmo tempo.

Mas afirmar que a verdade não é única para o intelecto humano não significa dizer que cada intelecto tem a sua verdade? Não! Porque já afirmamos acima que a verdade é valor objetivo e que todo e qualquer intelecto diante de um mesmo objeto concebe uma mesma verdade [salvo imperfeição e limitação dos sentidos ou erro do juízo]. Uma diversidade de intelectos que não se distingam essencialmente entre si e que não constituam diversidade de naturezas, diante de um mesmo objeto conceberá uma mesma verdade, diante de diversos objetos conceberão diversas verdades. Vejamos, por exemplo: a bola é uma mesma verdade para todos os su-

⁶ TOMÁS DE AQUINO, S. *Sum. Theo.* I, q.16, a.1,c.

⁷ TOMÁS DE AQUINO, S. *In I Sent.*, d.19,q.5,a.1.

⁸ TOMÁS DE AQUINO, S. *De Ver.*, q.1,a.1,c.

jeitos que compõem os dois times de futebol que disputam uma partida final; o campo e a bola são verdades diversas para todos os sujeitos que assistem a esta partida de futebol, ainda que tal jogo fosse assistido por um único torcedor.

A verdade é um valor? Sim! A verdade é como dissemos uma valor objetivo, porque é expressão intelectual do ser da coisa. *O que é valor?* Vejamos: Cada coisa e cada ação estão dotadas de uma intrínseca nobreza e grandeza, mediante as quais são dignas de estima, próprio por aquilo que são e não pelo interesse que por ela tenhamos, pelo sentimento que nos inspira, pela utilidade que nos propõe, pelo bem ou prazer que possam nos causar. Há valor na rosa e no cravo, na água e no fogo, na águia como no leão, no automóvel como no livro, na verdade como na beleza.

O valor, portanto, não é o interesse, o preço que o homem manifesta por uma coisa, o apreço por uma pessoa ou por uma ação, senão aquela grandeza, nobreza, dignidade que pertencem à coisa, à pessoa e à ação e que estão na origem do interesse e do preço. Neste sentido, valor é de certo modo um *valor transcendental*, porque segue o ser da coisa e o valora pelo que ela é. Não é tautológico dizer que o bem é um valor, que a verdade é um valor, pois valor se diz de um e de outro, mas não se identifica nem com um nem com outro.

Há hierarquia de valores? Sim! Como vimos acima, nem todos os valores são iguais: não possuem um mesmo valor um automóvel e um copo com água no deserto, uma vida de santidade e uma vida de perversidade. A hierarquia dos valores se dá pela hierarquia dos graus de perfeição das coisas e pela nobreza, dignidade e importância de cada ser: há graus de perfeição do ser – o vegetal tem mais ser do que o mineral, porque possui a perfeição do ser mineral e mais a vida vegetativa; o animal tem mais ser do que o vegetal, porque possui a perfeição vegetal mais a vida sensitiva e o homem tem mais ser do que o animal, porque possui a vida sensitiva e mais a intelectual.

Deste modo, há hierarquia segundo o ser, a dignidade, a importância, o interesse e a estima: um graveto não vale o mesmo que uma casa; e um livro não vale mais que o seu autor. Portanto existem coisas e ações mais nobres e mais importantes e outras menos nobres e importantes. Na escala de valores o máximo ser, digno, importante, interessante e estimado é o máximo valor: Deus, porque é o princípio de todo ser, dignidade, importância e estima⁹.

A hierarquia de valores expressa uma hierarquia de verdades? Sim! Ora, se a verdade é expressão do ser, havendo multiplicidade de seres haverá multiplicidade

⁹ TOMÁS DE AQUINO, S. *Sum. Theo.*, I, q.2, a.3,c.

de verdades e havendo graus de perfeição do ser haverá igualmente graus de valor de verdade. Quanto mais digno, nobre, estimado e perfeito o ser, mais digna, nobre, estimada e perfeita a sua verdade. Há graus de ser pela perfeição de cada ser; graus de verdade segundo tais perfeições e graus de valor segundo tais verdades. O sumo ser será a suma verdade e o sumo valor: *Deus*.

E como em Deus ser e verdade se identificam, em seu intelecto só há um ser e uma só verdade primeira e eterna¹⁰, mas no intelecto humano haverá muitas verdades¹¹ temporárias e mutáveis¹², que não são eternas nem subsistentes por si mesmas. Sendo pois Deus a única verdade eterna a que tende o intelecto.

Concluindo esta parte podemos dizer que a verdade é valor objetivo, concebida pelo e no sujeito, enquanto fruto de uma relação real de adequação do intelecto e do objeto. Mas nem por isso a verdade deve ser entendida como relativa no sentido do relativismo, pois neste último a verdade diz-se relativa porque é reduzida unicamente à convicção do sujeito e relativa ao sujeito, na medida em que elimina a relação real e a adequação do intelecto e da coisa.

III. O RELATIVISMO DA VERDADE É CONSEQÜÊNCIA DA NEGAÇÃO DO VALOR OBJETIVO DO REAL

Não raro a filosofia moderna negou ou esvaziou a compreensão da verdade como *relação* real e *adequação* do intelecto e da coisa. A filosofia idealista de Kant, por exemplo, parece entender que a verdade é uma produção única e exclusiva da razão a ponto de parecer sugerir ser uma ‘invenção’ da própria razão ao afirmar ser a verdade ‘concordância do conhecimento consigo mesmo’¹³.

A filosofia da linguagem de Tarski parece propor a verdade ser a consequência adequada de um esforço e análise lingüística dos termos que compõem uma definição [*A concepção semântica da Verdade*]. O pragmatismo e mesmo o neo-pragmatismo de Rorty seguem em última instância a teoria da linguagem, mas com a diferença que esta propõe entender a verdade como adequação direta com a vida prática¹⁴.

A filosofia voluntarista, por outro lado, confunde bem e verdade, pois diz ser a verdade aquilo a que tende a vontade. Por isso, a verdade é entendida

¹⁰ TOMÁS DE AQUINO, S. *De Ver.*, q.1,a.5,c.

¹¹ TOMÁS DE AQUINO, S. *De Ver.*, q.1,a.4,c.

¹² TOMÁS DE AQUINO, S. *De Ver.*, q.1,a.6,c.

¹³ KANT, E. *Logik*, Einteilung, VII (A71).

¹⁴ RORTY, *Objetivismo, relativismo e verdade*, Rio de Janeiro, 2002, p. 37-53

como a essência originária do ser e da vontade, cuja compreensão se estenderá à postura *hermenêutica* e culminará na concepção *existencialista* de Heidegger, como que criticando a noção de verdade como adequação afirma ‘a essência da verdade é a liberdade’¹⁵.

Um seriado de TV que propunha a existência de vida extraterrestre tinha por tema fundamental afirmação de que ‘A verdade está lá fora’. Algumas teologias protestantes não admitem senão a verdade que a fé ofereça e acabam por cair no erro ao negar a verdade temporal face à aceitação da única Verdade eterna transcendente existente fora do domínio da razão, como se a verdade da fé e a da razão fossem excludentes e que as verdades temporais não revelassem também a beleza da verdade eterna.

De fato, a Verdade Eterna que é Deus existe à parte do intelecto, mas não lhe é estranha, visto que é a ela que tende primeira e naturalmente o intelecto humano. Antes pelo contrário as verdades temporais representam ao intelecto humano a possibilidade ou a certeza da existência de uma verdade eterna.

Vimos que estas distintas concepções de verdade se vertem numa atitude que radicaliza a *objetividade* do real ou a *subjetividade* do sujeito; mas isso não pode constituir *saber*, porque a verdade que é expressão do conhecimento é oriunda da conciliadora *adequação* entre objetividade e subjetividade, cuja *relação* expressa a adequação do intelecto [sujeito] e da coisa [objeto], ou seja, a *verdade*.

IV. O RELATIVISMO ABORTA A VERDADE

O que é o aborto da verdade? Vejamos o que é aborto e logo relacionemo-lo à verdade. Etimologicamente provém de *abortus, us*, originário de outro verbo mais arcaico *aborior, eris, ortus sum, iri*, com o significado literal de ‘pôr-se o sol’, ‘desaparecer no horizonte’ e daí os significados de ‘perecer’, ‘fazer perecer’ e ‘morrer’. Mas a raiz do verbo *aborior* deriva de *orior, eris, ortus sum, oriri*, com o significado de ‘nascer’. O vocábulo *abortus*, enquanto derivado de *aborior* significa, também, como o seu originário ‘pôr-se o sol’ [poente], na medida em que o seu derivado *abortus* passaria significar ‘pôr-se a vida’ [morte], porque na vida, como no sol, que são sinônimos de luz, há o nascente e o poente.

Por isso, estando próximo o nascimento de uma criança, costuma-se dizer que a mulher dará a *luz*, enquanto isso significa o ‘nascer’ do sol, o nascente, ou seja, o nascimento, opondo-se ao ‘pôr-se o sol’, o poente; ademais nascer é o

¹⁵ HEIDEGGER, M. *Vom Wesen der Wahrheit*, 2.ª ed. Frankfurt am MAIN, 1967, P. 81.

marco da irrupção da noite escura do interior do ventre materno, para a luz, o dia claro do exterior do ventre materno. Portanto, a palavra ‘aborto’ da verdade tem aqui a conotação de assim como aborto significa a ‘interrupção do nascimento’ e a ‘interrupção da vida’, no relativismo o aborto significa a ‘interrupção do conhecimento’, portanto, por extensão, a ‘interrupção da verdade’.

No relativismo o conhecimento não se dá. *Porque não?* Porque se nega a relação real de adequação do intelecto e da coisa. E porque se negada a relação não se pode chegar à concepção da verdade urge saber o que é relação. Talvez em sua negação ou má interpretação esta a raiz do relativismo. *O que é relação?* A relação é *conexão* racional que só o homem percebe entre realidades que possuem ou não vínculo real, buscando estabelecer relação para conhecê-las.

Há relação que o intelecto percebe, mas não faz e outras que ele estabelece nele mesmo sem havê-las no real. A relação pode ser com fundamento imediato no real [relação real: paternidade] ou sem fundamento imediato no real [relação de razão: imaginação/ fantasia/ alegoria/ minotauro]. Quando não é invenção da razão a relação supõe, como, por exemplo, na relação de paternidade: (a) o *sujeito* a que se refere a relação – o pai; (b) o *término* com o qual o sujeito é relacionado – o filho; (c) o *fundamento* da relação entre as duas realidades – a geração e (d) a *relação* mesma ou o vínculo que aproxima uma coisa a outra – paternidade e filiação.

Sendo assim, não é qualquer *relação* que é válida para estabelecer a *verdade* e o *conhecimento*. Para tanto, se supõe para o estabelecimento da verdade os seguintes elementos: ter fundamento no real, não contrariar o princípio da não contradição, supor os elementos da relação: sujeito, término, fundamento e relação.

Contudo, não raro na história do pensamento humano encontramos diversas doutrinas – denominadas comumente de *relativismos* – que têm por ponto comum a defesa da tese segundo a qual o *conhecimento* e a *moral* não são fundados sobre *verdade* comum, transcendente ou absoluta para todos os homens, senão apenas sobre verdades relativas segundo as convicções individuais de cada sujeito.

Ora, o *relativismo* estabelece a relação só no *sujeito*, tira seu fundamento do real e contraria o princípio da não contradição. Portanto, a relação da qual emerge o relativismo não pode ser critério de verdade ou de conhecimento científico, mas de opinião e fantasia. Eis em suma a tese do relativismo: *negar a verdade comum e transcendente ou entendê-la como produto ou critério exclusivamente subjetivo*.

Ora, se estivermos certos de que o conhecimento é para o intelecto a expressão máxima da verdade do real, absoluta, comum e transcendente a todos os homens, mediante a adequação do intelecto e da coisa, se segue que o *relativismo* ou não produz *conhecimento*, senão *opinião* ou não expressa a *verdade*, senão *falsidade*. Se isso estiver correto, o relativismo contrariaria o princípio do conhecimento da não contradição, nega a relação real e o valor objetivo da verdade.

V. O RELATIVISMO ABORTA A VERDADE AO CONTRARIAR O PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO

Todas as investigações nas quais há princípios costumam-se dar-se a ciência como efeito de conhecê-los¹⁶, é evidente, também, que na consideração do *relativismo* analisemos antes quais princípios o norteiam e de quais se encontra privado, pois na falha de sua consideração poderíamos também errar. E porque um pequeno erro no princípio pode torna-se grande no fim¹⁷, faz-se necessário desde agora evitá-lo, para que não se deslize por ignorância e não se caia em alguma falsidade acerca do que significa o relativismo.

Qual é a origem do relativismo? Ao investigador, muitas vezes, não lhe interessa o que no passado outros pensaram, senão a verdade das coisas. Para chegar à verdade das coisas lhe convirá apoiar-se na clarividência expositiva de quem o antecedeu. E isso requer cautela, porque facilmente o valor da doutrina estudada passa a ser substituída pela do seu intérprete que, em muitos casos, é, provavelmente, menos estimável. Fica clara a conveniência de considerar com antecedência os elementos históricos do tema estudado, para assim projetar, adequadamente, uma via de investigação que não venha a tornar-se insuficiente ou falaz.

De fato, se quisermos encontrar verdadeiramente a *origem* do relativismo deveremos especialmente voltar à filosofia grega e repassar algumas posturas filosóficas ulteriores. Consideramos que foi Heráclito [504-470] que estabeleceu, com seu dinamismo, a *raiz* de todo relativismo: o *relativismo ontológico*, ou seja, a postura que sustenta a possibilidade de alguma realidade ser e não ser ao mesmo tempo.

Segundo Heráclito ‘tudo flui’ [Platão, *Crátilo*, 402^a], ‘as essências, por estarem num contínuo transformar-se, são e não são ao mesmo tempo’ [Diels, 22B49a], ‘não é possível banhar-se duas vezes no mesmo rio’ [Diels, 22B91]. Ora,

¹⁶ ARISTÓTELES, *Física*, I, 1, 184^a.

¹⁷ TOMÁS DE AQUINO, S. *De ente et essentia*, prooemiuo.

se tivermos em conta isso veremos que tal postura constitui um *relativismo ontológico*, porque se refere à relatividade do ser em si mesmo, enquanto pode ser e não ser ao mesmo tempo.

Contudo, esta tese induz ao *equivoco* e ao absurdo ou ao que denominamos de ‘aborto da verdade’, porque contraria o princípio universal do conhecimento racional, o *princípio da não contradição*, que possibilita a concepção e o nascimento do conhecimento, na medida em que afirma que é impossível ser e não ser sob um mesmo aspecto, ao mesmo tempo¹⁸.

Tão logo se expandiu a fama da tese de Heráclito se fez sentir o seu eco entre os seus discípulos, como de fato ocorreu no pensamento do seu discípulo sofista Protágoras [ca. 444] que a retomando, a revestiu com uma roupagem *antropológica*, onde tudo se reduzia à medida humana: ‘o homem é a medida de todas as coisas, das que são enquanto são e das que não são enquanto não são’ [Diels, 80B1]. Nada é fixo e estável, cada um percebe a realidade ao seu modo, havendo tantas verdades, quantos forem os indivíduos. Neste sentido, o relativismo antropológico é consequência da aplicação do ontológico no domínio do ser, do pensar e do agir humanos. Nascia, pois o relativismo antropológico que reduziria o ser, o pensar e o agir humanos às convicções de cada sujeito humano.

Qual é a natureza do relativismo? A natureza do relativismo é ontológica, enquanto contraia em sua origem o princípio da não contradição, mas se reflete no modo de ser, pensar e agir do homem. O *relativismo antropológico* é a fonte de inspiração de todas as ulteriores vertentes do relativismo, já que, em sua maioria, as visões posteriores estabelecem em cada homem o critério único de seu conhecimento, do seu pensamento e de sua ação.

VI. O CONSUMISMO: MÁXIMA EXPRESSÃO DO RELATIVISMO

Quais os tipos de relativismos derivaram do relativismo antropológico? Diversos, cada qual expressando uma possibilidade do relativismo antropológico: a que reduz o conhecimento à razão, o operar à ação etc. Assim o relativismo gnosiológico [relativiza o modo de conhecer], o relativismo epistemológico ou científico [relativiza a ciência], o relativismo moral [relativiza a ação moral no âmbito sócio-cultural], o relativismo cultural [relativiza a natureza humana e sua produção cultural] e relativismo teológico [relativiza a fé como experiência individual].

¹⁸ ARISTÓTELES, *Met.*, II, 996b27.

Deles procedem tantas outras formas de relativismos, acerca das quais destacaremos as mais importantes sem nos determos em cada uma. Não obstante, todas estas formas contrariam de algum modo o princípio da não contradição, negam ou mal entendem a relação real e o valor objetivo da verdade.

Qual é a consequência do relativismo? Em nossos dias a *consequência* perceptível é a contínua negação da verdade do conhecimento e a desvalorização da dignidade humana através de uma espécie de moda que se estabelece como uma *ditadura do relativismo*, um dogmatismo em que todas as opiniões valem o mesmo e, portanto, nada tem valor em si, senão somente em função dos votos que as respaldam¹⁹. Consideraremos como consequência ou efeito da doutrina do relativismo toda ideologia que admita a relatividade do ser, da verdade e do agir humano.

Qual é a máxima expressão do relativismo? Em nossos dias, o *consumismo* é efetivamente a máxima expressão do relativismo. *Por quê?* Porque incorpora sob este rótulo um significativo número de doutrinas que se apóiam nas teses do relativismo. *Como?* O consumismo exerce particular atrativo entre os homens, muito provavelmente porque propala a filosofia do *relativismo* que entroniza o homem como o peso e a medida do seu ser, pensar e agir. Talvez isso lhe conforte mais ou lhe dê a sensação de pleno domínio do si mesmo e do seu entorno. Mas ao fim e ao cabo não há efetivo domínio nem mesmo conhecimento, senão oferta de decalques do 'eu'.

Qual é a consequência da ação do relativismo do consumismo na vida do homem? O consumismo devassa a pessoa humana, porque esvazia a vida de sentido, de verdades e de valores deixando-a de considerar como uma verdade e valor em si mesmos, senão apenas uma verdade e valor *relativos*²⁰. Em síntese, o consumismo promove a *cultura da efemeridade*, mediante uma filosofia de que tudo tem data de validade.

O valor e a verdade se reduzem a durabilidade: vale mais, quanto mais dure, e menos, quanto menos perdure. Esta cultura aposta no novo, mas a novidade se esvai por entre os dedos num piscar de olhos, pois como sentencia Heráclito *tudo flui à maneira de um rio* [Frg. 40]. O afã de viver o agora produz num instante o medo de encarar o futuro e uma incessante fuga do passado. A síndrome do pânico nos atesta certo medo de encarar o futuro que a atualidade oferece. Cria-se a pseudo-ideia de que é necessário viver intensamente o 'agora': *aproveite o momento fugaz*. [Carpe diem - Odes de Horácio, 1,11,8]. No consumismo o *relativismo*

¹⁹ NUBIOLA, J. "La dictadura del relativismo", in: *La Gaceta de los Negocios* (Madrid), 4 de Junio de 2005].

²⁰ KANT, E. *Metaf. dos Costumes*, II.

se articula sob as formas do *pragmatismo* [verdade prática] do *utilitarismo* [verdade útil] e do *hedonismo* [verdade é o prazer].

VII. O EXISTENCIALISMO E SUAS VERTENTES SÃO EXPRESSÕES DO RELATIVISMO

Que relativismo prevalece primeiramente dentro do consumismo? Sem sombras de dúvidas é o *existencialismo*. De fato, o existencialismo edifica especialmente sua doutrina com os alicerces do relativismo. Por isso, não é de todo exagero sustentar que *quanto ao modo de ser* esta filosofia representa adequadamente o que aqui poderíamos denominar *relativismo existencial*.

O que é o relativismo existencial? É redundante dizer que todo existencialismo é relativista, pois o existencialismo como doutrina que deposita toda possibilidade gnosiológica, política, religiosa e moral no poder e capacidade da existência do indivíduo. O relativismo existencial tem várias expressões: o *individualismo*, que atribui ao indivíduo humano preponderante valor de fim em relação às comunidades de que faz parte, o *anarquismo*, que sustenta a tese de que o indivíduo tem valor infinito e a comunidade tem valor nulo, o *niilismo* que se opõe radicalmente a todo universalismo moral ou metafísico²¹ e o próprio *existencialismo* [Heidegger e Sartre] que reduz a existência humana ao critério de análise de todas as possibilidades humanas.

O tema da morte é subjacente às preocupações do relativismo existencial, pois a única e autêntica experiência humana radicalmente relativa ao sujeito, irrepetível e incomunicável é a última. De fato, seremos nós mesmos as únicas testemunhas deste experimento inevitável. O consumismo expressa este paradoxo existencialista promovendo certo terror da morte, nas forma de angústia, medo e a fuga da morte pela própria morte: o suicídio. Se for fato que o homem teme a morte, também o é que a cultura do consumismo atual procura escamotear este temor, pois nada se lhe escapa mais à explicação racional do que este acontecimento. E isso justifica em nossos dias, o incessante cultivo do efêmero, uma cultura da efemeridade.

²¹ NIETZSCHE, F. *Wille zur Macht*, XV, 24.

VIII. O IDEALISMO E A SUTIL EXPRESSÃO DO RELATIVISMO

O idealismo é expressão do relativismo? Nenhuma ideologia escamoteia tão bem o seu relativismo como o idealismo. Historicamente o *idealismo* representa a síntese e a crítica filosófica de posturas relativistas como o *ceticismo*, o *empirismo*, o *mecanicismo*, o *racionalismo* que o antecedem. Não diferente o idealismo seria posteriormente o alvo de críticas de outras posturas relativistas como do *materialismo*, do *marxismo*, do *positivismo*, do *evolucionismo* e do *relativismo científico* que o sucedem.

Contudo, o idealismo adota postura relativista não por contrariar o princípio da não contradição, mas por negar a relação real do conhecimento, ao reduzi-la. Por isso, o idealismo é relativista *quanto ao modo de conhecer* ao reduzir ao sujeito a capacidade única do conhecimento. O idealismo expressa ao mesmo tempo um relativismo *epistemológico* ao afirmar ser o conhecimento humano relativo às convicções do sujeito; outro *metodológico* ao condicionar o conhecimento a algum método ou mesmo um relativismo *científico* ao estabelecer a insuficiência do método para alcançar qualquer conhecimento.

IX. O PRAGMATISMO É MÁXIMA EXPRESSÃO DO RELATIVISMO MORAL

É o pragmatismo a mais evidente expressão do relativismo? Sim! O pragmatismo é por excelência relativismo. Podemos sustentar que *quanto ao modo do agir individual* esta filosofia representa adequadamente o que aqui poderíamos denominar *relativismo moral*. *O que é relativismo moral?* É a doutrina que nega a universalidade e a verdade dos valores morais, não havendo nem bem nem mal, reduzindo a moralidade à convicção individual de cada homem, seja reduzindo-a ao prazer, *hedonismo*, à vontade, *voluntarismo*, ao útil, *utilitarismo*. Aqui cabe uma crítica ao relativismo moral: se todas as “visões” morais são igualmente válidas, então que direito temos nós de punir alguém? Será que podemos sempre afirmar que aquilo ou aquela pessoa não tem razão?

O *relativismo moral* reflete uma posição ética relativista, em que as propostas morais não espelham verdades e valores absolutos e universais. Não só sustenta que o julgamento ético emerge de costumes sociais e de preferências pessoais, mas também defende que não existem padrões éticos para se chegar à Verdade. Muitos relativistas vêem os valores morais como aplicáveis somente dentro de determinados círculos culturais, isto é, cada *sub-cultura* pode ter os seus códigos morais próprios, e não existe nem pode existir um código moral que abranja

toda uma sociedade (pode existir um código moral para os traficantes de droga, etc.).

Contudo, o relativismo moral não deve ser confundido com o *pluralismo moral*, embora este seja consequência daquele. O pluralismo moral que reconhece a coexistência de práticas e idéias opostas, mas que não as classifica a todas de igual modo ou no mesmo grau de valor. Em suma, o relativista moral é intrinsecamente permissivo porque não dispõe de critérios fixos de avaliação ética, o pluralista moral que expressa um relativismo moral moderado é tolerante, embora possa não concordar com idéias ou práticas de outrem.

É insustentável qualquer relativismo moral. Como entender isso? A moral é expressão do que se é pelo ser; ora, homem se diz de algum ser que é; há, portanto o ser do homem; e se a moral é expressão do ser do homem, esta só diferirá em cada homem sob o aspecto material, mas não sob o aspecto formal, ou seja, a moral em sua expressão essencial não é *convencional*, senão *essencial* a todo e qualquer homem. Vejamos mais detalhadamente.

A articulação entre *ser* e *modo de ser* na realidade do homem é sempre muito difícil. A dificuldade nasce especialmente quando se procura aproximar a realidade metafísica do homem [ser] à sua dimensão moral [modo de ser]. O contínuo esquecimento da doutrina metafísica do ser tem esvaziado o conteúdo da verdade e do valor moral da ação humana. Somente conhecendo a profunda realidade do ser humano se pode atingir efetivamente a dignidade de toda ação que emerge como o que de mais íntimo há no ser humano. E isso justamente porque o *esse* é o que de mais profundo e radical há no homem.

A estrutura metafísica da pessoa humana, que a faz erguer como um edifício digno, tem no ser a sua pedra fundamental. E porque o operar humano é segundo o seu ser, toda ação humana revela-nos, de algum modo, o que o homem é em seu ser. E é em sua dimensão moral que o ser do homem se revela ao homem, como homem, ‘tornando-se o que é’ [Píndaro].

E certamente, tornar-se aquilo que se é coincide com chegar à plenitude do próprio ser; e isso consiste em possuir plenamente o seu ser, de tal modo que não lhe falte nem se lhe possa acrescentar mais nada. Equivale a estar completamente feito. E é justamente este o objetivo da moral²². Ora, se esquecida sua dimensão ontológica, esvazia-se, nega-se ou se relativiza completamente a sua dimensão moral. Esse talvez seja o diagnóstico da enfermidade espiritual do homem em nossos dias.

²² Jaulent, E. *O esse na ética de Raimundo Lúlio*, Veritas, Porto Alegre, Vol. 40, n° 159, (1995), pp. 599-621.

Portanto, para sabermos se algo ou alguém não está certo ou errado, nós primeiramente devemos ter um padrão de certo e errado pelo qual nós basearemos nossos julgamentos. Se aquele padrão de certo e errado for baseado no relativismo, então não temos nenhum padrão. No relativismo, os padrões de certo e errado são derivados das convicções individuais de cada sujeito ou de normas sociais baseadas no consenso pela força, imposição das convicções individuais da maioria. Se há mudanças na sociedade as normas morais de certo e errado podem mudar.

Se seguirmos este paradigma, então não podemos julgar ninguém por qualquer coisa que tenha feito de errado, se o que se considera errado agora pode tornar-se certo no futuro! Para concluir, se o relativismo é o ponto de vista verdadeiro, então nossa ótica sobre a falsidade do relativismo é verdadeira? A verdade contradiz a si mesma? Claro que não! Porque a verdade é valor objetivo do real é expressa o conhecimento do ser do objeto.

X. RELATIVISMO CULTURAL E TEOLÓGICO: EXPRESSÕES DO RELATIVISMO MORAL

É o relativismo cultural um desmembramento do relativismo moral? Sim! Dentre as doutrinas que procedem do relativismo moral é o relativismo cultural a sua maior expressão. O que é relativismo cultural? É a doutrina que nega a universalidade da natureza humana e da a cultura, reduzindo a sociedade à estruturas sociais absolutamente independentes. Desenvolveu-se no materialismo, no estruturalismo, no socialismo, no comunismo²³.

É o contextualismo a maior expressão do relativismo cultural? Sim! O contextualismo é por excelência expressão do relativismo cultural. Sustentamos que quanto ao modo do agir social esta filosofia representa adequadamente o que aqui poderíamos denominar relativismo cultural. O que sustenta o relativismo cultural do contextualismo? Afirma que bem significa o que é socialmente aprovado pela maioria de uma dada cultura.

Neste sentido, o infanticídio não é objetivamente um bem ou um mal; pelo contrário, é um bem numa sociedade que o aprove e um mal numa sociedade onde não obtenha aprovação, já que a moral é um produto da cultura e não se tem meios claros para resolver as diferenças, bastando para tal ser tolerantes com outras culturas e não olhá-las como estando *erradas*, mas como sendo *diferentes*.

²³ KLUCKHOHN, C. 'Relatividade cultural', in: *Dicionário de Ciências Sociais*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1987, p. 1057.

Sob este ponto de vista é insustentável qualquer forma de relativismo cultural, porque torna impossível discordar dos valores da nossa sociedade. Levamos ainda a aceitar as normas da nossa sociedade acriticamente. Pode uma sociedade aprovar algo que não seja verdade e que não seja bom. Além disso, o relativismo cultural implica que a intolerância e o racismo sejam um "bem" se a sociedade o aprovar.

Promove o relativismo cultural o relativismo religioso? Sim! Tal relativismo é a expressão do relativismo no campo da fé. Cada cultura adota a fé que lhe convenha, segundo o seu código moral e anseio. Na base do relativismo religioso se identifica necessariamente o relativismo teológico. *O que é o relativismo teológico?* É a doutrina que relativiza os meios ou os métodos utilizados para aceder à fé.

É o fideísmo máxima expressão do relativismo teológico? Sim! O *fideísmo* é expressão máxima do relativismo teológico. *O que é o fideísmo?* É a doutrina teológica que desprezando a razão, preconiza a existência de verdades absolutas fundamentadas na revelação e na fé. Dá preferência à fé sobre a razão, mesmo em domínios próprio desta.

De que modo é relativismo se tal doutrina afirma a existência de verdade absoluta? Ora, a verdade revelada não contraria à razão e se todo conhecimento é expressão da verdade e a verdade é adequação é impossível haver a revelação sem a relação com a razão. O fideísmo não estabelece relação alguma entre razão e fé. É neste sentido que torna a fé algo relativo à fé do sujeito. É relativismo quando nega haver verdade na razão que se ordene à fé [*fideísmo*] ou quando se fecha na dimensão *sola fides* negando a possibilidade de diálogo com a razão ou fé diversa.

É o fundamentalismo uma expressão do relativismo teológico? Sim! Não raro o *fideísmo* gera o *liberalismo* quando tende à idéia de uma liberdade religiosa que signifique *livre culto universal*, sem comunidade e universalidade de valores, reduzindo a religião a uma experiência individual ou o *fundamentalismo*, quando tende à apresentação de verdades religiosas relativas à determinada posição teológica, tudo como fundamento na atuação²⁴.

*É a liberdade religiosa professada pelo documento *Dignitatis Humanae* do Concílio Vaticano II uma expressão de relativismo teológico católico?* Não! Pois a liberdade religiosa a que se refere este documento não significa *livre culto universal*, sem comunidade e universalidade de valores, que reduz a religião a uma experiência individual. Portanto, há que dizer algo primeiramente acerca da *liberdade e depois sobre o que*

²⁴ *Dicionário Enciclopédico das Religiões*, Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 1995, p.1126.

significa liberdade religiosa neste contexto, tendo em vista que muitos a confundem com indiferentismo religioso.

O que é a liberdade? A liberdade é a capacidade que o homem tem de ser senhor de suas próprias ações²⁵. O homem tem livre eleição dos seus atos e não escolhe por necessidade, por meio da qual pode querer e não querer, fazer e não fazer, estando a razão disso no próprio poder da razão²⁶. É hábito oriundo do apetite intelectual, que o impele à busca da verdade e do bem na escolha. Este apetite que procede do *intelecto* se manifesta pela *vontade* e se realiza na *escolha* [ato que realiza e atualiza o apetite intelectual da verdade e a potência volitiva do bem]. O homem não é livre porque escolhe, mas escolhe por ser livre, pois a liberdade não está na escolha, embora se realize nela... e quanto mais se é livre na escolha, menos escrava é a liberdade.

O que é a liberdade religiosa no contexto atóico? A liberdade religiosa consiste no seguinte: “todos os homens devem ser imunes de coação por parte tanto de pessoas particulares como de grupos sociais e de qualquer poder humano, de modo que, em assuntos religiosos, ninguém seja, dentro de justos limites, obrigado a seguir contra a sua consciência ou impedido de agir de acordo com ela, em particular ou em público, só ou associado a outros” [*Dignitatis Humanae*, 2]. *O que significa liberdade religiosa?* Significa que é o direito de professar e viver sua opção religiosa. E este direito se fundamenta na *dignidade da pessoa humana*, na própria natureza humana, comum de todos os homens, e não nas disposições subjetivas do indivíduo. Portanto, o direito à liberdade não é atribuído ao conteúdo das diversas crenças religiosas, mas aos seres humanos que professam determinadas atitudes religiosas.

Sendo um direito da pessoa humana não constitui dever da própria pessoa no uso de sua liberdade religiosa, por meio de força, violência e coação combater o erro religioso difuso por outros, mas é lícito combatê-lo por meio de recursos que correspondam a dignidade humana, pela busca e pregação da lúcida verdade, pela apresentação dos frutos da genuína religião, por eficiente organização da catequese, por sábio planejamento do apostolado. A liberdade religiosa se fundamenta também no *ato de fé livre*. A resposta de fé dada pelo homem a Deus deve ser voluntária; em consequência, ninguém deve ser coagido a abraçar a fé contra a sua vontade. Com efeito, por sua natureza mesma, o ato de fé é *voluntário* [*DH*, 10]. Embora Cristo fosse Mestre e Senhor [Jo 13,13], não quis forçar as

²⁵ MONDIN, B. *Dizionario Enciclopedico del pensiero di San Tommaso d'Aquino*. Bolgna: Edizioni Studio Domenicano, 2000, p. 63.

²⁶ TOMÁS DE AQUINO, S. S. *Th.*, I-II, q.13, a.6, c.

consciências dos que Ele convidava para o Reino. Renunciou a um messianismo político [Mt 4, 8-10; Jo 6,15] e aos meios violentos [Mt 26, 51-53; Jo 18, 36], fazendo-se manso e humilde [Mt 11,29]. Sem dúvida, repreendeu severamente os incrédulos, mas deixou o castigo para o dia do juízo [Mt, 11,20; Rom 12, 19; 2Tes 1,8]. A educação cristã deve mostrar que a liberdade religiosa não quer dizer subjetivismo ou indiferentismo religioso [DH 1].

Alguém poderia julgar que a liberdade religiosa dispensa o zelo apostólico e missionário dos fiéis, supondo que não haveria obrigação de apregoar a fé católica aos que não acreditam ou aos pagãos. Ora, Cristo confiou à sua Igreja a missão de ensinar a todos os povos [Mt 28,19] e de trabalhar empenhadamente para que a palavra de Deus seja amplamente conhecida [2Tes 3,1]. Com São Paulo há de repetir “Ai de mim se não pregar o Evangelho” [1Cor 9,16]. Em síntese, o direito à liberdade religiosa não significa nem a permissão moral de aderir ao erro, nem um suposto direito ao erro, mas um direito natural da pessoa humana à liberdade, à imunidade de coação externa nos justos limites, em matéria religiosa, da parte do poder político, reconhecido no ordenamento jurídico da sociedade.

XI. CONCLUSÃO: O REMÉDIO DO RELATIVISMO PASSA PELO RESGATE DA VERDADE COMO VALOR OBJETIVO E DA LIBERDADE COMO RESPONSABILIDADE MORAL

Se todas as coisas são aparentes e relativas, então podemos afirmar que não existe nada de verdadeiro, livre e absoluto entre as pessoas. Em outras palavras, se todas as pessoas negam a verdade absoluta e estabelecem verdades relativas unicamente provindas de suas experiências, então tudo é aparente ao indivíduo. Perguntamos: Partindo dessa premissa, como então poderá alguém julgar o que é realmente certo ou errado, verdade ou mentira? Vimos que o relativismo manifesta sua força, sobretudo no domínio moral. Neste domínio, o relativismo é especialmente incoerente, pois para estabelecer-se supõe certa escala de valores tidos como verdadeiros: a tolerância, a abertura aos outros, o respeito mútuo. No domínio do conhecimento o único remédio para do relativismo gnosiológico é a afirmação do valor objetivo da verdade; no domínio da moralidade o único remédio para o relativismo moral é a afirmação da liberdade responsável e no domínio da religião o único remédio para o relativismo teológico é a conciliação de fé e razão, já que a graça não anula estorva ou impede a natureza, senão que a promove e a aperfeiçoa na luz da verdade e valor eternos.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.